



**Resposta à interpelação escrita da Senhora Deputada Chan Hong no
dia 24 de Junho**

Em conformidade com as instruções do Exmo. Senhor Chefe do Executivo, e após ter recolhido os pareceres da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, da Guangdong-Macau Traditional Chinese Medicine Technology Industrial Park Development Co., Ltd. e dos serviços públicos da área de Assuntos Sociais e Cultura, apresento a seguinte resposta à interpelação da Senhora Deputada Chan Hong, de 24 de Junho de 2016, enviada a coberto do ofício n.º 611/E498/V/GPAL/2016 da Assembleia Legislativa.

O 13.º Plano Quinquenal do Estado assinalou o forte apoio a Macau na sua transformação num centro mundial de turismo e lazer e numa plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, assim como no seu desenvolvimento proactivo das indústrias de convenções, exposições e comércio, de modo a promover o desenvolvimento diversificado e sustentado da economia local, o que serve, indubitavelmente, de suporte político importante e força motriz para o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições local.

Além disso, com o intuito de analisar, de forma mais científica, a situação do desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau, propondo políticas e medidas mais eficazes para apoio ao desenvolvimento deste sector no futuro, foi dado início ao estudo sobre o “Planeamento do Desenvolvimento do Sector das Convenções e Exposições de Macau” no



segundo trimestre de 2016.

O grupo de estudo está a realizar pesquisas e estudos através das convenções, exposições e conferências de Macau, nomeadamente por inquéritos e entrevistas aos peritos, bem como da análise comparativa com as regiões vizinhas, empenhando-se para concluir todo o trabalho de estudo no quarto trimestre de 2016.

Com base nos resultados do estudo, serão apresentadas, no respectivo relatório, as sugestões para políticas e medidas a curto, médio e longo prazos, analisando as vantagens e desvantagens da indústria de convenções e exposições no presente, nomeadamente a estrutura dos recursos humanos, a influência desse sector na economia global (incluindo os resultados quantificáveis, como a previsão do efeito multiplicador da indústria de convenções e exposições para a economia global), bem como a melhor forma de aproveitar diversas vantagens da RAEM para impulso ao desenvolvimento da indústria de convenções e exposições local e à diversificação adequada da nossa economia, esperando-se proporcionar, assim, as linhas de orientação concretas para o futuro desenvolvimento da indústria e as políticas de apoio a respeito.

O Governo da RAEM tem dado grande importância ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa em Macau, procedendo a um grande volume de trabalhos preparatórios para a promoção do desenvolvimento do referido sector e da internacionalização da medicina



tradicional chinesa, implementando sucessivamente a construção do Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, a criação e promoção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau (adiante designado por “Parque Científico e Industrial”) e a criação do Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde em Macau.

Foi definido claramente, nas Linhas de Acção Governativa do ano 2016, o fomento do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa, designadamente o reforço da cooperação com os Laboratórios de Referência do Estado a funcionar junto das instituições de ensino superior de Macau, bem como com o Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde, no sentido de formar uma força sinérgica para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa e definir, em conjunto, um critério internacional em medicina tradicional chinesa, construindo uma plataforma modernizada e internacionalizada dessa área. Actualmente, o Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa na RAEM assumiu a tarefa de definição dos respectivos critérios para as farmacopeias da União Europeia e dos Estados Unidos, construindo uma boa base técnica para a internacionalização da medicina tradicional chinesa. O Parque Científico e Industrial, como um veículo importante para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e da indústria da medicina tradicional chinesa entre Guangdong e Macau,

1 out

desenvolveu inúmeros trabalhos básicos e definiu estratégias relativas a dois objectivos fundamentais, a saber: a construção da “Base Internacional de Controlo de Qualidade de Medicina Tradicional Chinesa” e da “Plataforma Internacional de Intercâmbio da Indústria de Saúde”. Particularmente no objectivo fundamental de “Base Internacional de Controlo de Qualidade de Medicina Tradicional Chinesa”, foi reforçada a construção da plataforma de serviços públicos com foco na tecnologia, bem como da plataforma internacional de intercâmbio e cooperação alusiva aos negócios, que tem decorrido com notáveis avanços. Respeitante à construção de hardware, foi arrancada integralmente a construção da plataforma de serviços públicos, nomeadamente os edifícios de sede para a pesquisa e escritório, de GMP piloto, de teste e de R&D, prevendo-se entrar em funcionamento em 2017. Relativamente à construção da plataforma de intercâmbio e cooperação internacional, foi criado o Centro de Intercâmbio e Cooperação Internacional que serve, actualmente, os Países de Língua Portuguesa como ponto de partida para alargar os negócios de cooperação internacional, criando plataformas de cooperação no âmbito do registo internacional, comércio de importação e exportação, colaboração em R&D e formação dos talentos junto com os organismos governamentais, instituições de investigação científica, câmaras de comércio e associações profissionais de Portugal, Moçambique, etc. O Parque Científico e Industrial também está empenhado em impulsionar a legislação do registo da medicina tradicional chinesa.

Respeitante à questão se Macau vai elaborar um plano similar às Linhas



Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Medicina Tradicional Chinesa (2016-2030), publicadas pelo Conselho de Estado, o Governo da RAEM irá ponderar a elaboração do respectivo planeamento de desenvolvimento quando chegar a altura oportuna, ou seja, quando estiverem reunidas as condições básicas e abrangentes para a indústria da medicina tradicional chinesa em Macau.

Entretanto, os Serviços de Saúde de Macau (SSM) desenvolveram várias acções em conformidade com o planeado no âmbito da medicina tradicional chinesa, tais como a elaboração da proposta de lei relativa ao registo dos medicamentos tradicionais chineses e, tomando como referência a experiência prática e regras nos países e regiões vizinhas, tais como no Interior da China, Hong Kong e Taiwan, foram elaboradas as orientações complementares para o reforço e aperfeiçoamento do controlo e monitorização dos medicamentos tradicionais chineses e outros medicamentos tradicionais, de modo a impulsionar efectivamente o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa. A par disso, em 2012, os SSM adoptou as Boas Práticas de Fabricação (GMP) e as Boas Práticas de Distribuição (GDP), como forma de elevar o nível para as fábricas farmacêuticas locais no fabrico de medicamentos tradicionais chineses, garantindo, mais ainda, a qualidade dos medicamentos tradicionais chineses no processo de distribuição.

Os SSM referiu, por outro lado, que o regime de inscrição dos médicos e mestres de medicina tradicional chinesa foi integrado na proposta de lei do

“Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde” para a discussão, prevendo-se reforçar, em seguida, as normas relacionadas com a acreditação de qualificação profissional do pessoal, inscrições, licenciamento, fiscalização e regime disciplinar, com vista a elevar o nível global dos serviços da medicina tradicional chinesa em Macau e articular-se com o desenvolvimento do referido sector a longo prazo.

Para melhorar a capacidade do pessoal desta indústria, o Governo da RAEM assinou, em Julho de 2011, um programa de cooperação com a Organização Mundial de Saúde, na vertente da medicina tradicional chinesa e válido para quatro anos. Em colaboração com os especialistas da Organização Mundial de Saúde, foram elaborados os documentos técnicos do estudo clínico da medicina tradicional chinesa e realizados cursos de formação especializada. Foram organizados 8 workshops de formação regional e local e as conferências para os peritos na área da investigação clínica da medicina tradicional, com a participação mais de 1200 profissionais, no período compreendido entre 2012 e 2015.

Com a criação do Centro de Cooperação de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde em Macau, será prestado, em articulação com as “Estratégias de Medicina Tradicional da Organização Mundial da Saúde (2014 a 2023)”, um maior apoio ao desenvolvimento estável da indústria da medicina tradicional chinesa, assumindo como trabalhos prioritários a formação, estudo e educação no âmbito da medicina

tradicional chinesa, a fim de contribuir ainda mais para formar os talentos da medicina tradicional chinesa e promover o intercâmbio e cooperação internacional, impulsionando, com dinamismo, a diversificação adequada da economia de Macau.

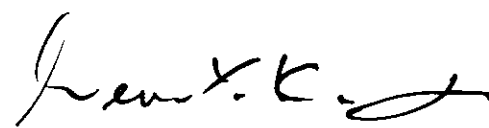
Relativamente às questões levantadas no ponto 3 da interpelação, o Governo da RAEM assinalou, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2015, o lançamento do estudo sobre a criação de um sistema de indicadores estatísticos para avaliação do desenvolvimento das indústrias emergentes, promovendo a elaboração das respectivas estatísticas de forma científica e sistemática para reflectir a evolução das indústrias emergentes e o seu contributo para o desenvolvimento económico, nomeadamente das indústrias de convenções e exposições, culturais e criativas e da medicina tradicional chinesa.

A DSEC desenvolveu as acções neste sentido em 2015, alargando a abrangência do sistema de indicadores no novo Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau, a fim de reflectir totalmente a evolução da diversificação adequada da economia de Macau, sendo os indicadores estatísticos das indústrias emergentes um dos capítulos do novo Sistema de Indicadores Estatísticos.

Conforme os planos de trabalhos já definidos, a DSEC concluiu a primeira fase de construção do novo Sistema de Indicadores Estatísticos no final de

2015, designadamente o enquadramento do relatório estatístico do sistema de indicadores e ajustamento do inquérito pertinente, adicionando e completando várias investigações relacionadas com a indústria cultural e criativa, finalizando o tratamento dos dados sobre as receitas das actividades não-jogo das concessionárias da exploração de jogos de fortuna ou azar, estabelecendo um mecanismo de permuta de dados entre os serviços competentes de Macau e os serviços estatísticos do Interior da China, e elaborando os indicadores estatísticos referentes a 2014. A segunda fase desse trabalho deu início logo em 2016, tendo por objectivo melhorar o âmbito de recolha de dados com base no sistema de indicadores básicos, prevendo-se a publicação dos respectivos resultados no final do corrente ano.

A Presidente do IPIM, Subst^a.



Irene V. K. Lau

Aos 15 de Agosto de 2016